

Territórios fraturados, corpos feridos: três anos do desastre em Mariana, MG

Ricardo Fernandes Gonçalves

[Doutor em Geografia. Prof. Univ. Est. Goiás. Pesquisador do Grupo PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade].

No dia 05 de novembro de 2018 completou-se três anos do desastre socioambiental provocado pela empresa mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, que deixou um rastro de destruição irreversível na bacia do Rio Doce. Dessa maneira, lembrá-lo traduz um esforço para não olvidar os riscos da atividade extrativa mineral baseada na pilhagem dos bens comuns naturais e do trabalho. Evocá-lo para não manter invisíveis as dores de homens e mulheres que tiveram seus territórios fraturados e seus corpos feridos pela mineração, que continuam cindidos pelo alcoolismo e depressão, vivendo em moradias temporárias enquanto aguardam o reassentamento de suas famílias.

Por conseguinte, o desastre socioambiental da mineração em Mariana exemplifica o resultado dramático do modelo econômico hegemônico, fundado no lucro, na acumulação dependentes da corrosão ambiental e do adoecimento dos trabalhadores.

Expõe ainda a maneira como as empresas mineradoras instituem o controle corporativo de territórios ricos em minérios para exportação e com mão de obra disponível para ser mercantilizada, reproduzindo historicamente a subordinação do Brasil à Divisão Internacional do Trabalho. Dois dias após o rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015, desloquei-me para Mariana junto a outros pesquisadores e ativistas ambientais.

As experiências de diálogos com militantes, jornalistas, moradores locais e trabalhadores impactados pelo modelo mineral brasileiro e pelo desastre expressavam a atmosfera de incertezas, indignação, perdas, tristeza e medo.

Ainda, ao caminhar por lugares atingidos por toneladas de lama de rejeitos que destruíram casas, escolas, quadras de esportes, praças, quintais, roças, áreas de pastagens e ecossistemas, foi possível refletir sobre a dinâmica econômica de morte exposta nas paisagens exauridas pelo desastre.

O contato direto com o município de Mariana e demais territórios impactados pela lama de rejeitos ainda permitiu constatar duas implicações centrais do desastre: primeiro, a cobertura nos meios de comunicação evidenciou a face de um país pouco conhecido pelos brasileiros. Vídeos e imagens de minas a céu aberto como feridas expostas na terra, grandes barragens de rejeitos e o caminho de devastação provocado pela lama circularam na TV e na internet. Milhões de brasileiros, organizados em movimentos sociais ou não, passaram a discutir a mineração, questionar seus impactos, perigos e lucros das corporações estrangeiras baseados na exploração e exportação intensivas dos bens comuns naturais do Brasil.

Segundo, a escala espacial das implicações socioambientais do desastre evidenciou de maneira indubitável que os efeitos da mineração não se reduzem à mina.

As áreas de extração de minérios estão conectadas por uma rede de infraestruturas representativa de riscos, especialmente em territórios ocupados por populações empobrecidas e expostas à injustiça ambiental.

Áreas para disposição de rejeitos da mineração, abertura de estradas, construção de minerodutos, ferrovias e portos são estruturas fundamentais para a mineração e impactam territórios e trabalhadores muito além do entorno das minas.

Finalmente, após três anos do desastre não houve uma solução eficaz e capaz de agir no reparo ambiental dos territórios erodidos pela lama na bacia do Rio Doce.

Não houve ainda um reparo no direito das famílias e comunidades pela pilhagem dos seus lugares de existência, adoecimentos e morte de trabalhadores.

Ademais, a estrutura de pilhagem das mineradoras no território brasileiro e, especialmente de Minas Gerais, não foi modificada.

Os ritmos de extração dos minérios, fragilização das leis ambientais e trabalhistas, exaustão das águas e das paisagens locais, interesses por minerar em territórios quilombolas, indígenas e assentamentos rurais, conflitos agrários e expropriação de povos originários de seus espaços de vida coletiva, são cada vez mais agudizados.

Por outro lado, houve e está havendo uma estratégia de apagamento da memória do desastre, cuja estrutura mantém-se atualizada e tende a se aprofundar com a posse de um governo de extrema direita.

Com efeito, a luta pelo revigoramento da memória do desastre se soma à luta pelos direitos dos trabalhadores e pelos reparos ambientais.

Isso ainda toca o questionamento da relação entre o Estado, as corporações mineradoras e os desígnios do capitalismo relativos ao controle e apropriação privada dos componentes da vida.

Problematização que requisita a compreensão do processo e da produção de uma consciência sobre o território brasileiro.

Daí o encontro necessário entre o discernimento dos trabalhadores e a sua capacidade organizativa na defesa dos direitos humanos e dos bens comuns naturais para que outro desastre como o de Mariana / Rio Doce não se repita. ■■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.